

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

MODELO de RELATÓRIO FINAL



CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS

Prática Extensionista

RELATÓRIO FINAL (semestre/ano)

CURSO: Direito	
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: O programa Bolsa Família: impactos, desafios e perspectivas na redução da pobreza no Brasil	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
Data Início: 06/08/2024	Data Término: 10/12/2024
EQUIPE:	
Nome completo	Curso/matricula
Alcionea Santos da Silva	2420010000085
Dewidson Pereira Dos Santos	2323180000030
Gabriela Freitas de Oliveira	2213180000072
Gabriela Santos da Silva	2213180000229
Ítalo Vieira Barros	2313180000068
Josimar Natalício Carvalho Lopes	2420010000078
Letícia Moreira Lopes Da Silva	2213180000063
Lorrany Queiroz	2213180000235
Raíssa Saraiva Campos	2313180000170
PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) (orientador (a)):	
Luíza Faria	
INSTITUIÇÃO PARCEIRA:	
PÚBLICO-ALVO:	

RESUMO

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, é uma política de transferência de renda do governo federal brasileiro, cujo objetivo é reduzir a pobreza e a desigualdade social, fornecendo apoio financeiro para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Atualmente, cada família beneficiária recebe um mínimo de R\$ 600 mensais, com adicionais de R\$ 150 para crianças de até 6 anos e R\$ 50 para gestantes e adolescentes até 18 anos. O programa também incentiva a participação em serviços de saúde e educação, exigindo a matrícula escolar dos filhos, vacinação e acompanhamento pré-natal, promovendo uma integração intersetorial para apoiar o desenvolvimento das famílias.

O Bolsa Família surgiu em um cenário onde, em 2003, cerca de 32,6% das cidades brasileiras tinham mais de 50% da população em pobreza. O programa unificou iniciativas como "Fome Zero" e "Auxílio Gás" para criar uma política mais abrangente e eficaz no combate à fome e à pobreza extrema. Originalmente, os benefícios eram divididos em básico e variável, com valores mais baixos que os atuais, mas foram ajustados ao longo dos anos. Em 2023, o governo implementou a "Regra de Proteção", permitindo que famílias que superem o limite de renda de entrada permaneçam no programa por até 24 meses, recebendo 50% do benefício, facilitando a transição econômica dessas famílias sem risco de perderem rapidamente o apoio.

Para se qualificar, a renda mensal por pessoa deve ser de até R\$ 218, e é necessário estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), com verificação dos critérios de elegibilidade. O processo de inscrição ocorre nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde as famílias recebem o cartão de saque do benefício.

Diversos estudos apontam que o Bolsa Família teve um impacto positivo ao reduzir a extrema pobreza, melhorar o acesso à educação e saúde, e redistribuir renda entre as regiões do país. O programa contribuiu para a redução de 16% na mortalidade infantil, especialmente entre crianças negras, e teve um efeito multiplicador de 1,78 no PIB brasileiro. Ele ajudou também a reduzir a evasão escolar e a desigualdade entre as regiões, com destaque para o avanço nas áreas mais pobres, promovendo uma inclusão social duradoura.

Contudo, o Bolsa Família também enfrenta desafios e críticas. Especialistas apontam que, embora a ampliação dos benefícios seja positiva, pode levar à dependência dos beneficiários, dificultando sua independência financeira e inserção no mercado de trabalho. Além disso, uma auditoria recente do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades no pagamento do benefício em 2023, apontando que 40,3% dos beneficiários tinham renda superior à declarada no CadÚnico, o que evidencia a necessidade de uma gestão rigorosa.

A nova estrutura do programa foi criticada por possivelmente enfraquecer o incentivo ao trabalho, especialmente entre grupos de baixa qualificação, como mulheres e jovens em regiões menos desenvolvidas, com maior incidência no Norte e Nordeste. Segundo um estudo de Daniel Duque, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, o aumento dos benefícios desencorajou a busca por emprego em algumas regiões, sugerindo que, sem incentivos para o trabalho, o programa pode não alcançar plenamente seu propósito de autonomia.

Em conclusão, o Bolsa Família se consolidou como um pilar fundamental das políticas sociais no Brasil, mas precisa de ajustes para equilibrar o alívio imediato com a promoção de autonomia financeira e produtiva dos beneficiários. A continuidade do programa requer uma análise cuidadosa de seus resultados e impactos, com foco na sustentabilidade e no fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico do país a longo prazo.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

RESULTADOS ESPERADOS

Conscientizar a população sobre a importância de existirem programas sociais do governo que proporcionem mais dignidade às pessoas de baixa renda e oferte a elas maiores oportunidades de melhorar a realidade financeira de suas famílias

Quantidade de beneficiários (estimativa)

Observações:

ANEXOS AO RELATÓRIO:





Professor(a) articulador(a)

Coordenador(a) de Curso

Coordenador(a) de Extensão

Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS